



O Gororoba e as primeiras cenas da vida proletária no Brasil

Denise Adélia Vieira¹ e Teresinha Vânia Zimbrão da Silva^{2*}

¹Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. ²Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Rua José Lourenço Kelmer, s/n, 36036-900, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: teresinha.zimbrao@gmail.com

RESUMO. Esse artigo pretende oferecer uma leitura do romance *O Gororoba*, da autoria de Lauro Palhano (1931), pseudônimo de Juvêncio Lopes da Silva Campos (1881-1947). *O Gororoba*, que se propõe mostrar cenas da vida proletária no Brasil, foi publicado pela primeira vez em 1931, e é ainda muito pouco conhecido tanto pelo público leitor quanto pela crítica literária. A presente leitura do livro se situa no contexto mais amplo de uma reflexão sobre literatura e política no Brasil dos anos 1930. De início, o artigo mostra a chegada ao país do romance proletário, então muito em voga no ocidente, mostra também a polêmica discussão que se seguiu sobre a sua manifestação na literatura brasileira, situando sobretudo as repercussões da publicação de *O Gororoba*. Em seguida, se dedica à leitura do romance, procurando mostrar algumas características que o aproximam e outras que o distanciam do gênero romance proletário. Ao mesmo tempo, o artigo defende que *O Gororoba*, independentemente de ser ou não um romance proletário, ao ser publicado em 1931, com certeza exibiu, para o público leitor e para a crítica literária, impactantes e desconhecidas cenas da vida proletária no Brasil, cenas que, muito provavelmente, apareciam então pela primeira vez nas páginas da literatura brasileira.

Palavras-chave: Lauro Palhano; romance proletário; literatura e política.

The Gororoba and the first scenes of proletarian life in Brazil

ABSTRACT. This article intends to offer a reading of the novel *O Gororoba* by Lauro Palhano (1931), pseudonym of Juvêncio Lopes da Silva Campos (1881-1947). *O Gororoba*, which aims to show scenes from proletarian life in Brazil, was first published in 1931, and is still very little known to both the reading public and literary critics. The present reading of the book is situated in the broader context of a reflection on literature and politics in Brazil in the 1930s. At first, the article shows the arrival of the proletarian novel in the country, which was in vogue in the West at the time, it also shows the controversial discussion that followed about its manifestation in Brazilian literature, placing above all the repercussions of the publication of *O Gororoba*. Then, the article devotes itself to reading the novel, trying to show some characteristics that bring it closer and others that distance it from the proletarian novel genre. At the same time, the article argues that *O Gororoba*, regardless of whether or not it was a proletarian novel, when published in 1931, it certainly exhibited, for the readership and literary critics, striking and unknown scenes of proletarian life in Brazil, scenes that, most likely, appeared for the first time on the pages of Brazilian literature.

Keywords: Lauro Palhano; proletarian novel; Literature and politics.

Received on June 3, 2021.
Accepted on September 17, 2021.

Introdução

Este artigo propõe uma leitura do romance *O Gororoba*, de Lauro Palhano (1931), a partir de uma reflexão sobre literatura e política no Brasil dos anos de 1930, considerando as correntes literárias da década e suas posições em relação ao comunismo nas letras. Sabe-se que uma grande parte da literatura que se praticou no período empenhou-se em divulgar no contexto brasileiro o tema até então pouco cultivado da rotina do trabalhador oprimido, sobretudo o proletariado, que surgia no horizonte nacional como produto da miséria urbano-industrial. O presente artigo mostra a chegada ao Brasil do romance proletário, então muito em voga no ocidente, e explicita a controversa manifestação do gênero na literatura brasileira por meio da publicação, em 1931, de um livro quase desconhecido: *O Gororoba*, de autoria de Lauro Palhano (1931). Antes mesmo da publicação em 1933 de *Cacau*, de Jorge Amado (2010), e de *Parque industrial*, de Patrícia Galvão (1994) — os dois livros mais conhecidos quando se discute o gênero romance proletário — foi publicado *O Gororoba*, livro que tematiza, como sublinha o seu próprio subtítulo, “[...] cenas¹ da vida proletária do Brasil” (Palhano, 1931, p. 1).

¹ Optamos por manter a grafia da edição original, de 1931, de *O Gororoba*.

O romance do proletariado

Na década de 1920, alguns países ocidentais já tinham lançado o romance proletário, todavia, é na década de 1930 que o gênero se propaga e alcança o Brasil. Livros de origem russa, alemã e americana são então publicados. A editora Pax de São Paulo, por exemplo, traduziu e publicou os seguintes títulos de temática proletária: *Beco sem saída* de V. Vieressaief (1931), *A semana* de E. Lebedinski (1932) e *Passageiros de terceira classe* de Kurt Klaber (1932). Já a editora Cultura Brasileira traduziu e publicou *Judeus sem dinheiro* de Michael Gold (1934). Alguns escritores, influenciados por essas leituras, se concentraram em produzir o romance proletário no Brasil. Elaboraram, então, histórias que situavam o trabalhador oprimido como principal protagonista, preocupando-se em trazer para a literatura brasileira o tema, praticamente inédito, do cotidiano do trabalho proletário, fruto sobretudo da miséria urbano-industrial que começava a se manifestar nas grandes cidades do país. Mas, como sublinha Alfredo W. B. Almeida (1979, p. 109, grifo do autor): “Deve-se ressaltar que nem toda a produção literária que versava sobre o ‘proletariado’ recebia a classificação de romance proletário”.

Importa notar que em textos classificatórios, como histórias de literatura brasileira, é pouco comum a referência ao romance proletário. Até romances definidos por seus autores como proletário — é o caso de *Parque industrial* de Patrícia Galvão (1994) e *Cacau* de Jorge Amado (2010), os dois publicados em 1933 — são classificados diversamente, por exemplo, como romance social ou documentário.

Luís Bueno de Camargo (2001), em sua tese de doutorado, *Uma história do romance brasileiro de 30*, ao resgatar o contexto literário da década, sublinha que, depois de 1935, a repressão à esquerda e ao comunismo se intensificou a tal ponto que em 1937 o romance proletário já se encontrava em declínio nas letras brasileiras. À essa reflexão, podemos acrescentar que o silêncio posterior em relação ao romance proletário, tanto de escritores quanto de críticos e historiadores, guarda relações diretas com a clandestinidade do Partido Comunista no Brasil, partido que por muitos anos teve pouco tempo de vida legal, passando clandestino pela Ditadura Vargas (1937-1945) e pela Ditadura militar (1964-1985).

De qualquer modo, as histórias literárias ignoraram um interessante debate que marcou a produção literária brasileira dos primórdios da década de 1930, quando sobressaía a seguinte pergunta: dentre os romances que estavam sendo lançados, quais poderiam ser definidos como proletários? Nem todos que tematizavam o proletariado adotavam os preceitos políticos de esquerda associados ao novo gênero, alguns até sugeriam, em vez de luta de classes, a cooperação de classes.

Seguindo uma definição mais restrita, se classificaria como romance proletário, aquele cujo autor, membro do Partido Comunista, divulgasse em seus textos os pontos de vista do seu Partido, como aconteceu com *Cacau* de Jorge Amado (2010) e *Parque Industrial* de Pagu (Galvão, 1994). Numa definição mais ampla, que foi a que predominou na crítica literária brasileira da época, o romance proletário incluiria produções de autores não membros do Partido Comunista, mas afinados à causa proletária.

Seria o caso d’*O Gororoba* de Lauro Palhano?

Dois anos antes de *Cacau* e *Parque Industrial*, foi publicado, em 1931, *O Gororoba: cenas da vida proletária do Brasil*. Agripino Grieco (1933, p. 304) assim o saudou: “*O Gororoba* inaugurou aqui, talvez sob o influxo da novíssima literatura russa, o romance proletário que ainda ignorávamos e que os leitores de Gladkov, o autor do *Cimento*, de Lebedinsky, Serafimovitch e outros, desejavam ver introduzido no Brasil”. Anos mais tarde, Wilson Martins também o apresentaria como romance proletário em sua *História da inteligência brasileira* (1978). Pretendemos nesse artigo propor uma leitura de *O Gororoba* (Palhano, 1931) no contexto dessa discussão, para tanto começaremos pela questão do narrador no romance proletário.

A questão do narrador

Notemos que um dos principais preceitos do romance proletário é que o seu autor burguês proponha a si mesmo o desprendimento da sua classe social de origem. Antonio Candido (1961, p. 170), quando comentou o gênero, sublinhou: “[o] romance começa, pois, a não ser mais romance para classe. É ainda de classe, porque os seus autores não podem se desprender da sua, burguesa. Mas porfiam em atenuar esta circunstância”. Notemos ainda que esse autor atenua sua identidade burguesa a fim de se aproximar da identidade proletária. Candido (1961, p. 170) continua:

[a] seleção dos temas e a intenção que animava a sua escolha falam bem claramente deste espírito. Uns escritores se colocavam do ponto de vista do burguês decadente para chegar ao povo. Outros procediam à análise impiedosa da própria classe.

Afinal, chegam à conclusão que não basta discursar sobre o proletariado oprimido aderindo ao ponto de vista distante de um burguês, e, desse modo, tão apenas externar compaixão e solidariedade frente ao imenso sofrimento do trabalhador. Isso seria uma hipocrisia, e ainda maior do que aquela que emanaria de um discurso apropriado ao proletariado. Portanto, esse autor propõe a si mesmo se desprender da sua classe burguesa a fim de se apropriar da voz da classe proletária oprimida.

Contudo, literariamente, até onde essa apropriação seria exequível? Não é nossa proposta aqui aprofundar a complexa controvérsia a respeito da exequibilidade ou não dessa apropriação. A tese já mencionada, de Luís Bueno Camargo (2001), oferece contribuições importantes para uma tal discussão sobre as limitações do gênero romance proletário. O que o presente trabalho se propõe é antes uma reflexão sobre a solução adotada por Lauro Palhano para a questão do narrador em seu romance *O Gororoba* (1931).

Principiemos por refletir sobre o próprio nome do autor, com o qual ele assina o prólogo da obra. Segundo Temístocles Linhares (1987) em *História crítica do romance brasileiro*, Lauro Palhano é, na verdade, o pseudônimo do engenheiro mecânico Juvêncio Lopes da Silva Campos, que nasceu na Bahia em 1881. Escreveu *O Gororoba* (Palhano, 1931) depois de sua experiência na Amazônia, quando trabalhou na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, inaugurada em seu trecho inicial, no interior da floresta, em 1910. Campos teria se sensibilizado com a realidade da região e a relatou nessa estória, que se passa no final do século XIX e início do século XX, quando do apogeu e crise da borracha. No início de 1931, a Amazônia tornou-se cenário importante na literatura brasileira, com a publicação de livros que a tematizavam, tal como este.

O que importa notar aqui é que o pseudônimo Lauro Palhano é o nome que está na capa do livro como autor, e é também quem assina o prólogo à obra e a narra. Situação diferente, por exemplo, de *Cacau*, cujo nome na capa é de Jorge Amado (2010), mas quem narra é o personagem Sergipano. De fato, no prólogo, intitulado 'Justificando as razões de um porquê', o autor Lauro Palhano assim se apresenta ao leitor:

Muito tempo pensei em entregar a presente obra a um douto que m'a corrigisse, limando e polindo as asperezas da forma e da expressão. Resolvi não fazê-lo. Seria eu o único illudido: - um individuo que só tem manejado martellos não pode, com acerto, manejar a penna. Resaltaria á compreensão de todos.

Quiz, na novella que segue, fixar impressões. Relatei, como pude, o que senti, o que vi e ouvi entre collegas de vida, por parecer-me interessante e não tentado ainda, em lingua nossa, por operário.

Alem de questões propriamente gramaticaes, há falhas, bem as percebo; - assumptos repisados por mais de um personagem; materia fastidiosa para as classes alheias; déphasage resultante da incultura do montador.

As duas primeiras não sei como as podesse evitar; as cousas, com maior ou menor dóse de phantasia, correram assim mesmo. Se podesse corrigir a outra, não seria ferreiro.

Pretendi mostrar, ligeiramente embora, aos marechaes de Fortuna, aos que governam, que legislam que defendem as leis, o que é ser particula d'essa grande massa, em constante fluxo para o trabalho e refluxo para um lar de incertezas e de apreensões; gotta d'essa eterna maré, a encher e a vasar, sem esperança de outra finalidade.

Eis porque escrevi.

Entrariam ahi intenções outras?... (nem eu sei!). Se entraram, a principal foi a exposta; perdoem-me as segundas.

Rio, 1930 (Palhano, 1931, p. 7-8).

Podemos notar então que a vontade de dar voz ao proletariado encontra solução em Palhano no ato de 'travestir' a si mesmo de operário. Dentro desta moldura, o seu romance constituiria um documento inovador e dos mais verdadeiros: é o testemunho do que sentiu, viu e ouviu entre 'colegas de vida', projeto 'não tentado ainda, em língua nossa, por operário'.

Notemos que o autor de romance proletário era encorajado então a viver entre operários, observando e estudando seu ambiente de trabalho e sua alma. Enfim, proletarizando a si próprio para escrever com autoridade sobre o tema. Na verdade, estava no horizonte do autor despertar o interesse de um público operário, daí o tom pouco literário e didático das obras, além das definições de conceitos com vocabulário acessível, próximo da língua falada, dirigidos sobretudo à conscientização política do leitor proletário.

A ideia de Palhano, de construir sua identidade autoral como um operário, dialoga com este pensamento da época. Ele se traveste como alguém que só tem manejado martelos, e não a pena, afirmando assim a condição inculta do seu texto. Inclusive adverte o leitor de que o seu romance apresenta 'falhas', porque não o deu a um 'douto' para correção. Além de falhas gramaticais, reconhece falhas literárias: assuntos são repisados por mais de um personagem, ao longo de extensos diálogos em tom didático.

Palhano insiste ainda em construir sua identidade com a classe operária, demarcando o seu distanciamento da classe burguesa, e faz isso tanto ao afirmar que o romance trata de "[...] matéria fastidiosa para as classes 'alheias' [...]" (Palhano, 1931, p. 7, grifo nosso), como também quando afirma que escreveu o que sentiu, viu, e ouviu a fim de mostrar aos governantes o que é ser, de fato, 'partícula' de uma grande massa de trabalhadores.

O tom pessimista, não-edificante, que vai dominar todo o romance, já é entrevisto no prólogo a partir da metáfora do trabalhador como gota de eterna maré, sem esperança de finalidade melhor além de só encher e vaziar. A narração que se segue, em terceira pessoa, da vida de Cazuzza, o gororoba — palavra cujo significado definiremos adiante — vai surpreender o leitor disposto a acreditar nas afirmações do prólogo que tanto sublinham a pouca cultura do autor. De fato, o leitor encontrará, ao virar as páginas, citações de nomes tais como: Victor Hugo, Othelo, Sancho Panza, Calliope, Fortuna, Platão, Thomas More, *A Utopia*, *D. Quixote*, Anatole France, Dostoievsky, todos nomes conhecidos da tradição literária ocidental, citados com coerência, ao longo das páginas do romance.

Como conciliar esta cultura do autor com a sua suposta condição de operário, montador inculto de um romance? Percebemos então, que a construção da identidade autoral operária está sendo posta em questão pelo próprio romance: "Entrariam ahi intenções outras?" (Palhano, 1931, p. 8).

A construção desta identidade proletária passa pela afirmação da condição pouco literária do romance e do seu caráter de documento e testemunho. A preocupação de Palhano é conquistar autoridade para falar pelo operariado urbano, que já existia no Brasil, ainda que muito incipiente — sobretudo no contexto em que situa a sua estória, a *Belle Époque*, ou seja, nas duas últimas décadas do século XIX e início do século XX, indo aproximadamente até 1914.

Nota-se que Palhano constrói uma identidade proletária para si: ele, autor cujo nome comparece na capa do romance, é o suposto proletário a contar, em terceira pessoa, a vida de pessoas que conheceu, como o proletário Cazuzza. Diferente é o caso de Jorge Amado, que constrói uma identidade proletária não para si, mas para o seu pseudoautor e narrador: o proletariado Sergipano. É este quem conta, em primeira pessoa, a estória em *Cacau*, mas é Amado (2010) o nome que comparece na capa como autor de fato do romance. A solução de Palhano nos soa mais radical, tanto que sua identidade inicial de operário parece convencer o próprio Amado (1933, p. 71) que escreve a respeito: "Talvez que ao terminar a fatura do seu romance, o sr. Lauro Palhano não fosse mais operário [...]".²

Lembremos ainda que Palhano não era filiado ao Partido Comunista Brasileiro, como eram Jorge Amado e Pagu quando publicaram seus respectivos romances. Portanto, Palhano pretende falar pelo proletariado e não pelo Partido. É simpático ao romance proletário no seu sentido mais amplo, e não ao romance do Partido Comunista. Ele, inclusive, questionará, como veremos adiante, a validade da apropriação do comunismo para o contexto brasileiro.

O Gororoba

O romance inicia-se em Caicó, Nordeste, em plena seca, entre 1877-1878, quando nasceu Cazuzza, o protagonista da estória. Cazuzza começa sua vida de trabalhador nas oficinas do ferreiro Mestre Antônio. Em 1895, fugindo dos desmandos do mestre, refugia-se no Norte, mais precisamente, vai morar em Belém. Lá conhece Garnier, médico formado na Inglaterra, que lhe dá conselhos em tom didático. Garnier mantém opiniões conservadoras acerca das transformações sociais, sobretudo no tocante à vida dos operários.

Na cidade, Cazuzza vive, o clima da *Belle Époque*. Belém experimenta, então, grandes conquistas modernas, como o barco a vapor, a eletricidade e, sobretudo, a ousada construção de uma estrada de ferro. Essas conquistas povoarão o mundo de Cazuzza:

Belém despertava, por esse tempo, numa grande ânsia de progresso. Com razão os paraenses, orgulhosos de sua capital, chamavam-na a 'Liverpool Brasileira', pois a borracha atraía numerosas embarcações ao seu magnífico porto, dando trabalho às oficinas em grande azáfama (Palhano, 1931, p. 33).

Cazuzza retoma seu destino de trabalhador, empregando-se em oficinas mecânicas como ferreiro, onde lhe dão o apelido de Gororoba: "[...] - ser molle - chamam no Pará Gororoba" (Palhano, 1931, p. 40). Eis então a explicação do título do livro, uma referência à moleza e lentidão de Cazuzza. Interessante observar o diálogo do romance de Palhano com *Macunaíma* de Mário de Andrade (1980). Em ambos os textos, destaca-se a indolência dos personagens, seus limites para modificar o próprio destino.

Notemos que as promessas de riqueza da cidade de Belém atraíam não só pessoas do Nordeste, como também da Europa:

Do Nordeste vinham flagellados e invalidos; da Europa, invalidos e expertos. Dos nacionaes, os fortes iam para a seringa; os europeus atiravam-se ao commercio e outras profissões activas. Os invalidos de ambas as procedencias

² Optamos por manter a grafia da edição original de 1933, do artigo de Jorge Amado sobre *O Gororoba*.

invadiam a cidade esmolando e furtando [...] Desta invasão nasceram e cresceram os bairros miseráveis circundando a cidade em enorme curva (Palhano, 1931, p. 104).

Essa chegada de imigrantes trouxe, portanto, problemas para Belém. Por outro lado, gerou também ostentação: “Dos estrangeiros o elemento preponderante era o luxo [...] embellezava-se a Capital para o estrangeiro ver. Parques sumptuosamente caros, praças e jardins” (Palhano, 1931, p. 106-107).

O romance descreve os problemas sociais gerados pelo aumento da população com o surto da borracha. A distância entre ricos e pobres aumenta: “As classes sociais eram perfeitamente distintas. Tão distintas como azeite e vinagre. Viviam entretanto sem choques, sem separações odiosas, independentes” (Palhano, 1931, p. 109). Notemos que o romance não endossa o conceito de luta de classes, distanciando-se assim de um preceito fundamental do romance proletário defendido pelo Partido Comunista, ou seja, narrar histórias onde as diferenças de classe vão se acentuando até culminar na revolução do proletariado. Contudo, o que *O Gororoba* narra é que as classes são distintas, mas sem choques. Ainda que a miséria seja crescente, haverá sempre a alegria da ‘festa’ a diluir as diferenças de classe:

A miséria ia crescendo, estreitando o cerco à cidade. Levantavam-se cortiços, verdadeiros girais, nas zonas baixas e alagadas ou ranchos de ubi e taipa, chão de terra batida, nas zonas enxutas. Viviam ali indigentes e vagabundos, pobres, promiscuando e pobreza e a peste. Estas classes, porém, tinham um traço de união a ligá-las todas: - a alegria facilmente excitável; alegria comunicativa que passava às ruas a pretexto de qualquer festa (Palhano, 1931, p. 109-110).

Nesse contexto, viveu Cazuzza, operário que se mostra totalmente submisso aos donos do poder:

— Diga-me, o senhor tem opinião política?

Gororoba não tinha, nem desta nem de outra espécie, diante de pessoas estranhas. Tinha o pavor da ofensa.

— Não senhor.

— E com quem vota?

— Não sou eleitor e se o fosse, votaria em quem o senhor mandasse.

O régulo gostou da submissão de rapaz (Palhano, 1931, p. 133).

Cazuzza não tem consciência política e nem consciência de classe, ou seja, quer trair a sua classe e ascender socialmente: “[...] sua vida enrascava-se, dia-a-dia, com as despesas crescentes para frequentar uma sociedade melhor... [...] esta vida de aparências consumia muito dinheiro” (Palhano, 1931, p. 135-136). Dedicou-se ao curso de maquinista de barco a vapor, as ‘gaiolas’. Ao tirar o diploma, rumou, em 1902, de Belém para Manaus, que também vive a efervescência da *Belle Époque*, com seus luxos trazidos pelo surto da borracha:

Da capital do Amazonas um detalhe impressionou a Cazuzza. Naquela recanto de mundo não havia miséria. Dinheiro não fazia falta a ninguém porque todos o ganhavam facilmente. Era de facto a Terra da Promissão; a fome não a descobrira ainda. [...] Pelos hotéis, theatros e cafés, os seringueiros ridiculamente vestidos, fartamente endinheirados, gastavam com mulheres detestavelmente velhas, feias e pintadas; mulheres detestavelmente bonitas e immoraes, atirando-se a todo mundo para sugar dinheiro, como se todo mundo fosse seringueiro [...] (Palhano, 1931, p. 176).

Vítima de um sistema desumano, o personagem vai sofrer também um amargo preconceito social: será rejeitado pela família da moça que ama por ser pobre e negro (é interessante notar que este é o único momento do romance em que Cazuzza é definido como negro). Em carta, Garnier aconselha Cazuzza a não se revoltar e a ficar na sua classe operária, conformado:

Fique onde está. Instrua os que chegarem ao alcance de sua palavra; castigue pela palavra os que errarem. Aconselhe-os à prática do bem e da fraternidade social, sem revoltas, íntimas ou expressas; sem violências, culminando pela perseverança, pelo respeito à conquista alheia; sem as visões de esplendores, tão ambicionados, e que no entanto não valem uma hora de paz.

A sociedade operária deve tender para a criação da família operária, satisfeita no seu âmbito, ao nível do seu espírito, sem confrontos humilhantes, sem lutas pelas posições, que, galgadas de chofre, podem causar vertigens (Palhano, 1931, p. 188-189).

Ao invés da luta de classes, pregada no romance proletário defendido pelo Partido Comunista, Cazuzza ouve conselhos para se conformar com a situação precária e ficar na sua classe oprimida.

Manaus entra em colapso econômico com a crise da borracha e leva uma expressiva parte da população a emigrar, a fim de conquistar um espaço mais promissor. Cazuzza, agora maquinista, depara-se com a nova realidade e tira suas conclusões: “O Amazonas parecia-lhe agora um pasto de ambições vulgares. Toda a lenda de sofrimento atribuído ao seringueiro, lhe pareceu pueril. A ganância entre os homens era a mesma, quer dum, quer de outro lado” (Palhano, 1931, p. 199).

Como vimos, Cazuzza não tem consciência de classe, não tem compreensão política dos problemas do mundo, ganância, para ele, é uma característica humana e não social: pobres e ricos são gananciosos. E se é assim, a luta de classes pregada pela cartilha do romance proletário não encontra eco no protagonista de *O Gororoba*.

Percorrendo a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, percebe-a em várias raças: “Na Madeira-Mamoré, onde o levou a curiosidade, viu representadas quase todas as raças da terra, em operários de todos os officios. Não poudes distinguir qual dos dois ouros - o ouro-dollar e o ouro-borracha - exigia maiores sacrificios” (Palhano, 1931, p. 199). Compara, então, o operário brasileiro com o estrangeiro:

A tecnica americana, as machinas-ferramentas, eram novidade para elle. Na operação o operário brasileiro confundia-se com o outro, manejando as mesmas operatrises, executando a mesma obra; na instrução porem, era de notavel inferioridade. Ignorante e analfabeto, supria por golpes de vivacidade a falta de cultura profissional e litteraria (Palhano, 1931, p. 200).

Na comparação do operário estrangeiro instruído com o brasileiro analfabeto, Palhano identifica no último os ‘golpes de vivacidade’, característica que se conheceria depois por ‘jeitinho brasileiro’, e que ele aponta então como uma qualidade a suprir a desvantagem da falta de instrução.

Greves e atuações de grêmios comparecem no romance. Com a crise, os maquinistas querem a greve. Cazuzza conversa com o colega André e manifestam-se ambos contrários. André explica a Cazuzza que a classe operária está subdividida em pequenas classes, que não há união e sim fragmentação:

Como você sabe há nos estaleiros classes reputadas nobres e classes tidas como plebéas. Convivem na melhor harmonia aparente; intimamente guerreiam-se. Os torneiros julgam-se melhor gente que os limadores - são a elite; os modeladores, geralmente mentores de grupos, gosam de certa ascendencia sobre toda a officina, e seus mestres substituem, ás vezes, os mestres geraes porque sabem ler. São chefes políticos, orientadores da ‘arraia meuda’; fundidores não misturam. Ferreiros e caldeiros são a ralé - dizem os outros - constituem a plébe; carpinteiros e calafates, julgando-se a chave do edificio da Construção Naval, olham por sobre os hombros o ‘pessoal da ferrugem’. São classes-tampões. Por entre ellas fervilham as correlatas ou annexas; - os ajudantes, serventes, aprendizes, participando da sorte e das opiniões dos seus chefes, mestres e officiaes (Palhano, 1931, p. 202, grifo do autor).

O socialismo é então mencionado por André: “[...] clamam por um regimen de igualdade - é o socialismo d’elles. Qual será, porém o padrão de igualdade desta gente? [...]” (Palhano, 1931, p. 208). Se a classe está fragmentada, como poderia reivindicar em uníssono? Cada grupo gritaria em tom diferente. Para André, a solução possível não é política e sim religiosa: “É que ninguem cuida da alma. A igreja Romana, instituindo o culto dos Santos, creou o exercicio do espirito pela meditação, pela pratica do bem, para tentar o nivelamento moral da humanidade, único possível” (Palhano, 1931, p. 210).

Lauro Palhano parece se alinhar aqui com as correntes espiritualistas da época que, por sua vez, também criticavam o capitalismo e tinham simpatia pelo proletário. Contudo, muito se distanciavam do comunismo em termos de diagnóstico e terapêutica: pregavam que os males do presente decorriam do afastamento do homem moderno em relação a Deus e que, portanto, a solução não era a revolução econômica do proletariado, tal como se lia na cartilha do Partido Comunista, e sim atender ao chamado espiritual, como pregava os sermões da religião Católica.

Os outros operários são a favor da greve: “Houve até quem propuzesse uma bandeira vermelha, com um martelo suspenso, cabo para cima, como signal de protesto” (Palhano, 1931, p. 215). A bandeira é uma referência ao movimento comunista. Contudo, a greve sai e fracassa: não há dinheiro. Ao invés da vitória do proletariado, propagada pelo romance proletário do Partido Comunista, *O Gororoba* mostra o seu fracasso.

A Primeira Guerra Mundial ecoa no Amazonas. O preço da borracha não sobe e a crise se agrava. Vendem-se as ‘gaiolas’ para os portos do Sul e outras partes do mundo. O desemprego é crescente. Nas considerações finais da primeira parte do romance, Palhano faz um elogio ao Amazonas:

‘Capítulo Extra’

(A’ guisa de panegyrico)

O Amazonas [...] Terra de minha terra, repositorio das energias vitaes da minha patria, desbaratada pelas ambições dos homens, pelo saque, pelo embuste, pelo impatriotismo desnacionalizador de teus violadores, tu resurgirás um dia! (Palhano, 1931, p. 225).

O tom crítico em relação à exploração da região, por locais e estrangeiros, domina o romance. Elogia-se a terra e critica-se severamente a ambição humana. Nota-se, mais uma vez, que a crítica é feita ao homem em geral, e não a uma classe em particular. Observa-se ainda que Palhano reconhece a exploração do país pelos estrangeiros e a dependência de nossa economia:

Da imensa fortuna que entrou para o paiz, em troca de borracha exportada, quasi nada aproveitou aos obreiros. Sahiu novamente, ou pelos *cabarets*, ou pela compra de embarcações, de balas e de rifles; de tudo que se consumia alli, desde o leite condensado ao feijão, do tamanco á camisa (Palhano, 1931, p. 237).

Do Amazonas, as agruras de Cazuzza vão materializar-se no Rio de Janeiro, onde se passa a segunda parte do romance. Emprega-se em um estaleiro. Conhece a realidade proletária carioca e compara-a com a do Amazonas:

A Cazuzza, entretanto, o operário carioca pareceu menos feliz que seu collega nortista. Achou-o mais triste, menos livre, mais apertado entre as tenazes do meio. Lucta maior, mais intensa. Grandes distâncias a vencer, grandes ladeiras a subir e descer, em busca de habitação barata (Palhano, 1931, p. 250).

Cazuzza percebe também um grande contraste entre os bairros da cidade. Os ricos, beneficiados pelo conforto trazido pela *Belle Époque*, ocupavam os vales, enquanto os morros eram ocupados pelos pobres:

Um contraste pareceu-lhe flagrantemente brusco; - a opulência nos valles, a pobreza nos morros, salvo nos morros chics, onde a miséria escorregava-se para as encostas.

Noutros, dentro da mesma pobreza, os mais 'folgados' ocupando as ruas, os mais pobres nas escarpas, por veredas como de pacas, de acesso difficil, em contorsões de funambulos, nas noites escuras, nos dias chuvosos, em pleno coração da cidade!

A serie de cerros, leste-oeste, da Conceição, Saude, Favella e Pinto, pareceu-lhe o mais flagrante cartel de desafio aos direitos do operário, quanto ao conforto da vida moderna. Em baixo, bondes, luz em profusão, asfalto, arborisações cuidadas, automóveis velozes, palacios e vivendas, o trafego intenso dos bondes. Em cima capim, barro, pedra lascada, numa extensão de quasi quatro kilometros, onde poderiam ser abrigados cerca de cem mil proletarios, perto do centro de suas actividades, ao centro do Rio industrial, em melhores condições de hygiene (Palhano, 1931, p. 252, grifo do autor).

Cazuzza conhece Terto no Rio, também operário, e com quem dialoga sobre as condições de vida do trabalhador. À semelhança de André, Terto expõe ideias próprias, não vinculadas a um partido político. Para Terto, não adianta importar soluções europeias para os problemas brasileiros:

— Outro erro, A Europa, com uma civilização muito mais antiga, muito complicada, cheia de erros, de vícios e rancores, não nos póde servir de padrão; nem parte alguma do mundo civilizado. Nestes logares o trabalho é organizado. Tudo é, mais ou menos, estável: - o paiz é industrial ou agrícola. Nós não somos uma coisa nem outra (Palhano, 1931, p. 282).

O Gororoba (Palhano, 1931) parece, portanto, discordar da importação de soluções europeias, como as comunistas, ou mesmo como o romance proletário, a fim de resolver os problemas brasileiros, incluindo os da literatura. Afinal, apesar das críticas ao capitalismo e da simpatia a operários como Cazuzza, o livro propõe soluções religiosas perpetuadoras do *status quo*, que o distanciam deveras do romance proletário e da sua propaganda da revolução.

Presença oportuna em *O Gororoba* (Palhano, 1931) é a questão da substituição do homem pela máquina. Já é sinalizado então o inevitável destino dos trabalhadores — o desemprego:

A Sciencia, substituindo a mão humana pela machina, automato de rendimento formidavel, mudou vertiginosamente as condições da vida moderna. E o proletario, ignorante e descuidado, surpreendido pelos progressos da Civilização, peiorou da situação precaria em que se achava (Palhano, 1931, p. 284).

O tom pessimista domina o romance:

Gororoba, sosinho, devanejava, embalando-se na cadeira.

A mesma historia, a mesma queixa, as mesmas palavras, quasi, ouvira desde os confins do Amazonas á Capital da Republica. Dalli, ás escaldantes dunas do Nordeste, ás verdoengas collinas Cariocas, vira sempre o mesmo homem, espectro do mesmo povo, lamentando-se [...] (Palhano, 1931, p. 285).

A vida operária miserável de Cazuzza, um casamento fracassado e sem amor e o inevitável desemprego após o armistício da Primeira Guerra Mundial, quando as indústrias brasileiras, sobretudo o setor naval, vão à falência, aceleram a decadência do personagem. Cazuzza emprega-se em outro estaleiro, mas é logo afastado em virtude de um acidente de trabalho.

Ao final do romance, Cazuzza revê Garnier, agora transformado em frei: "Garnier era a mesma alma, talvez melhor, requintada pela idade e pela meditação" (Palhano, 1931, p. 357). Encenam então um longo diálogo. Garnier arrisca o diagnóstico para a questão social, criticando a postura dos pensadores socialistas e comunistas:

O socialismo não será jamais uma realidade pratica, porque há *escolas* demais. De Platão aos nossos dias, tem-se procurado agitar as massas proletarias, sem nenhum proveito para ellas [...].

O operario entretanto nada disse ainda. Pensadores e juristas, philosophos, mais ou menos inflammados, incutem-lhe as theorias: ‘- Zé, tu precisas de governar o mundo! E’s o boi inconsciente, poderoso e submisso!’ Vem outro: - ‘Vira essa ‘dróga’ de pernas para o ar, não vês que te exploram?’

[...] Vem então Karl Marx e pontifica: – A minha philosophia, creando o socialismo scientifico, é a pedra angular da felicidade dos povos.

Se, porém, você chamar o operário á parte, após o magro jantar na fugidia paz do seu tugurio e perguntar-lhe; - ‘O’ Zé, o que é que te falta, realmente?’ Elle responder-lhe-á, simplesmente: - ‘PÃO’

A Questão Social, Cazuza, esse borborinho de ‘idéas’ e de ‘escolas’, não ameaçaria a tranquillidade do mundo, se não fosse a falta de pão (Palhano, 1931, p. 357-358, grifo do autor).

A solução que Garnier oferece a Cazuza para ele sair da crise em que se encontrava por causa de uma vida fracassada, tanto no amor quanto na profissão, não é a revolução do proletariado e sim a fé em Deus: “É inutil buscar remedio para seus males, intimos ou sociaes, para o egoismo que avassala o mundo, nas philosophias sem Deus, nas falhas do humano cerebro. Christo deu a formula única, concisa e curta para curar estas lepras” (Palhano, 1931, p. 362). E conclui: “Amai-vos uns aos outros” (Palhano, 1931, p. 362).

Como mencionamos, Palhano não é filiado ao Partido Comunista. Ele pretende falar pelo proletariado e não pelo Partido. Procura escrever um romance proletário no seu sentido mais amplo, e não um romance do Partido. Também mencionamos que as correntes espiritualistas da época, às quais Palhano parece se filiar, defendiam que o problema dos tempos modernos não era econômico e sim espiritual. A supervalorização do dinheiro operada pelo capitalismo teria levado ao esquecimento dos verdadeiros valores, e, contra este mal, pregavam que a única fórmula era a cristianização: amai-vos uns aos outros, ou seja, conciliação ao invés de luta de classes. Por isso mesmo, não parece incompatível a Palhano conciliar religião e simpatia aos operários.

Sendo assim, ao contrário do romance proletário defendido pelo Partido Comunista, que tem como preceito conclamar os operários para a luta de classes, incitando-os a conseguir suas reivindicações, *O Gororoba* termina propondo uma solução religiosa pela boca do frei Garnier. Pois ao propor a solução final pela boca do frei, o romance se distancia da proposta inicial do prólogo, ou seja, falar pelo proletariado. Na verdade, *O Gororoba* mostra mais o proletário submisso ouvindo do que o proletário revoltado falando.

Considerações finais

Em nossa leitura de *O Gororoba* (1931), mostramos que Palhano, mesmo que pareça afinado à causa proletária, ainda que se preocupe em construir uma identidade operária para o autor/narrador do seu romance, mesmo assim, não pretende dar voz aos ideais do comunismo na literatura. Portanto, no seu livro, ele não descreve a progressiva ‘conscientização de classe’ de trabalhadores desprovidos inicialmente de consciência política. E nem constrói uma estória edificante a servir como exemplo para ser seguido por seus possíveis leitores proletários, tal como pregava a cartilha do Partido Comunista. Muito pelo contrário, o tom do seu romance é pessimista e não edificante, mostrando o fracasso da luta do proletariado. De onde também podemos concluir que Palhano, que iniciou o romance se propondo a dar voz ao proletariado, terminou-o dando voz ao conformismo religioso.

Em 1933, no calor do debate sobre o gênero romance proletário, Jorge Amado (1933, p. 71) escreveu sobre *O Gororoba*:

O sr. Lauro Palhano torce o sentido do livro, torce a vida dos seus heróes e termina o volume em pleno socialismo christão (amai-vos uns aos outros [...]). Faz o operário fugir do seu caminho de revolta para cair na conformação que os padres pregam.

Contudo, ainda que Palhano não tenha respeitado os preceitos do gênero romance proletário em seu sentido mais restrito, Amado (1933, p. 71) defende a importância histórica do livro que “[...] traz um vastíssimo documentário, um material imenso sobre a vida dos operários amazonenses e sobre os marítimos”.

É também a respeito dessa importância histórica, que Luís Bueno de Camargo (2001, p. 143), quase setenta anos depois de Amado, afirma: “Seria *O Gororoba*, de Lauro Palhano [...] o primeiro romance da década a colocar um operário em absoluto primeiro plano, como protagonista, e a concentrar toda a sua ação em ambientes proletários”. Pois independente da sua classificação ou não como romance proletário, ou ainda se o livro de fato dá voz ou não ao proletariado, não há como negar que a publicação de *O Gororoba* em 1931

mostra impactantes e desconhecidas cenas da vida proletária no Brasil, cenas que, muito provavelmente, apareciam então pela primeira vez a protagonizar as páginas da literatura brasileira.

Referências

- Almeida, A. W. B. (1979). *Jorge Amado: política e literatura*. Rio de Janeiro, RJ: Campus.
- Amado, J. (2010). *Cacau*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Amado, J. (1933). O Gororoba. *Boletim de Ariel*, 3(3), 71.
- Andrade. M. (1980). *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. São Paulo, SP: Martins.
- Candido, A. (1961). Poesia, documento e história. In J. B. Martins (Ed.), *Jorge Amado: 30 anos de literatura* (p. 168-179). São Paulo, SP: Martins.
- Camargo, L. G. B. (2001). *Uma história do romance brasileiro de 30* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Galvão, P. (1994). *Parque Industrial*. São Paulo, SP: EdUFSCar.
- Gold, M. (1934). *Judeus sem dinheiro* (Cid Franco, Trad.). São Paulo, SP: Cultura Brasileira.
- Grieco, A. (1933). *Evolução da prosa brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Ariel.
- Klaber, K. (1932). *Passageiros de terceira classe* (Galeão Coutinho, Trad.). São Paulo, SP: Pax.
- Lebedinski, E. (1932). *A semana* (Galeão Coutinho, Trad.). São Paulo, SP: Pax.
- Linhares, T. (1987). *História crítica do romance brasileiro*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia/ São Paulo, SP: EdUSP.
- Martins, W. (1978). *História da inteligência brasileira*. São Paulo, SP: Cultrix/Edusp.
- Palhano, L. (1931). *O Gororoba: cenas da vida proletária do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Terra de Sol.
- Vieressaief, V. (1931). *Beco sem saída* (Alexandre Wainstein e Galeão Coutinho, Trad.). São Paulo, SP: Pax.